PolÃ-ticas de Igualdade para a Escola PÃºblica

04-Mar-2009

Ana Drago

CecÃ-lia HonÃ³rio

O consulado de Maria de Lurdes Rodrigues vive da obsessÃ£o pela organizaÃ§Ã£o e gestÃ£o hierarquizada dos professores - garantia do programa de empresarializaÃ§Ã£o das escolas e da gestÃ£o por resultados - e da banda larga. O MagalhÃ£es nÃ£o Ã© sÃ³ o instrumento, necessÃ¡rio, da consagraÃ§Ã£o de um direito. Ele Ã© parte do mito de que todo o sucesso escolar se resolve com as novas tecnologias de informaÃ§Ã£o e com profissionais domesticados (bons gestores de sala e recursos, bem geridos pela cadeia de comando). VisÃ£o simplista mas "moderna", na medida em que faz parte do caminho que o pensamento Ãºnico tem traÃ§ado para a educaÃ§Ã£o.Â

Se bem que a inflaÃ§Ã£o do discurso da crise sobre a escola seja inÃºtil, a fragilidade do contrato social com a escola pÃºblica, saÃ-do do 25 de Abril, tornaram-na presa fÃ¡cil dos apetites de governantes que nela quiseram deixar a sua assinatura, sem avaliaÃ§Ã£o do passado e dos riscos do futuro que queriam inscrever.Â

E assim tem vivido a Ãºltima dÃ©cada: assolada pela retÃ³rica da reforma prÃªt-a-porter (e prÃªt-a-penser), a escola vive hoje sufocada num excesso regulador que impÃ´s mensurabilidades estranhas a um projecto pedagÃ³gico emancipatÃ³rio, imersa numa linguagem importada da gestÃ£o empresarial (objectivos, mediÃ§Ãµes e "competÃªncias" para o mercado de trabalho), desnutrida de lÃ³gica inclusiva e democratizadora.Â

Debilidade da definiÃ§Ã£o da missÃ£o pÃºblica da escola, debilidade das polÃ-ticas pÃºblicas para a infÂ¢ncia e adolescÃªncia, vulnerabilidade ao ataque movido, hÃ¡ mais de duas dÃ©cadas, pela direita com as suas vontades privatizadoras e selectivistas, escola e profissionais formatados para alunos formatados - eis os grandes entraves que Maria de Lurdes Rodrigues herdou e que legarÃ¡ intactos, se deixar de ser ministra.Â

NÃ£o Ã© porque aumentou a oferta de uma escolarizaÃ§Ã£o de segunda e terceira para as crianÃ§as e jovens, para os quais nÃ£o houve prevenÃ§Ã£o e acompanhamento, que o PS fez mais do que o PSD para debelar o que pode ser debelado das desigualdades de partida.Â

Um programa de esquerda para a escola pÃºblica tem, pois, que saber colocar-se em campo. Responder ao dÃ©fice democrÃ¡tico, neutralizar as derivas gerencialistas, privatizadoras e selectivistas (que se disfarÃ§am de "rigor") dos projectos escolares.Â

Que princÃ-pios e que polÃ-ticas para o projecto de uma escola pÃºblica democrÃ¡tica, empenhada na educaÃ§Ã£o como

valorizaÃ§Ã£o do conhecimento e da autonomia, contra a hegemonia da formaÃ§Ã£o em nome da "empregabilidade"?Â

1. Fazer a reforma curricular do ensino obrigatÃ³rio, contra o excesso de disciplinarizaÃ§Ã£o e por programas com troncos comuns.

- Assumir a educaÃ§Ã£o sexual como direito fundamental e universal.

- Oferecer outros saberes "mais prÃ¡ticos" (necessidade manifesta pelos alunos registada no relatÃ³rio do CNE relativo aos 20 anos da LBSE) nÃ£o como inflaÃ§Ã£o de exigÃªncias feitas Ã escola, mas como escolha quando para ela existem as condiÃ§Ãµes necessÃ¡rias.

- Limitar o nÃºmero de alunos por turma, nomeadamente nas escolas sobrelotadas (20 no mÃ¡ximo para o 1.Âº ciclo e 22 para os demais).

- Fazer da escola o espaÃ§o para uma polÃ-tica de lÃ-ngua, que exige, entre outras apostas: formaÃ§Ã£o de professores e oferta de ensino multilingue para o fim da discriminaÃ§Ã£o das crianÃ§as e jovens filhos de imigrantes e de paÃ-ses de lÃ-ngua oficial portuguesa.Â

2. Assumir a autonomia e a responsabilidade das escolas.

2.1. Prestar contas: um modelo de avaliaÃ§Ã£o das escolas, que concilie as vertentes, externa e interna, e que valorize o trabalho de professores naquilo que ele Ã©, por essÃªncia: um trabalho de equipa; que assuma os contextos e as necessidades de meios, que articule a avaliaÃ§Ã£o individual dos docentes com a das escolas;

2.2. Co-decidir no modelo de organizaÃ§Ã£o e gestÃ£o, pela pluralidade de modelos e contra a formataÃ§Ã£o dos governos e assente nos princÃ-pios:

- do alargamento da representaÃ§Ã£o e participaÃ§Ã£o das comunidades e actores escolares (a sub-representaÃ§Ã£o de alunos e profissionais nÃ£o docentes Ã© inaceitÃ¡vel);

- na electividade, na participaÃ§Ã£o, no dever de publicitaÃ§Ã£o de todos os actos e decisÃµes, na limitaÃ§Ã£o dos mandatos (as excepÃ§Ãµes a este princÃ-pio sÃ³ podem ser fundadas nas escolhas de cada escola).Â

3. Combater a discriminaÃ§Ã£o e o pacto silencioso com as desigualdades sociais e culturais de partida.

- Criar equipas multidisciplinares capazes de promover o acompanhamento personalizado dos alunos em risco deve ser a resposta de urgÃªncia de um programa de esquerda para a educaÃ§Ã£o.

- Esta prioridade Ã© ainda exigÃªncia da crescente multifuncionarizaÃ§Ã£o de professores e professoras e da "crise de identidade" de que uma boa parte se queixa.

- Tornar a escolaridade obrigatÃ³ria, gratuita, com uma acÃ§Ã£o social que cubra todos os custos em alimentaÃ§Ã£o, transportes, materiais escolares.

- Criar mecanismos de constituiÃ§Ã£o de turmas que inviabilizem a sua homogeneidade de aproveitamento escolar/contexto de partida (as turmas dos bons e dos maus alunos) e sancionar as escolas que mantenham estas prÃ¡ticas.

- Desfazer os "guetos" escolares. Os poderes locais, com o acordo ou conivÃªncia de governos, foram criando "guetos" e escolas para os "guetos", mas nem as crianÃ§as nem os jovens podem pagar o preÃ§o destes crimes. Ã‰ prioritÃ¡ria a avaliaÃ§Ã£o dos territÃ³rios educativos de intervenÃ§Ã£o prioritÃ¡ria, preservando-se os que constituem a melhor soluÃ§Ã£o possÃ-vel e desfazendo-se os que tÃªm alternativa prÃ³xima que permita a diversificaÃ§Ã£o de contextos.